

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

B
/_____
Lior

APROPRIAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA ÁGUA E SEUS IMPACTOS NO MEIO URBANO

Leandro Pires Conti Guimarães

Rio de Janeiro

Abril de 2003

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

APROPRIAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO
DA ÁGUA E SEUS IMPACTOS NO MEIO URBANO

Autor: Leandro Pires Conti Guimarães

Orientador: Prof. Dr. Henri Acelard

Monografia de Pós-Graduação submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do Grau de Especialista em Planejamento e Uso do Solo Urbano.

APROVADA POR:

Prof. Dr. Henri Acelard – Orientador

Rio de Janeiro

Abril de 2003

FICHA CATALOGRÁFICA

GUIMARÃES, Leandro Pires Conti

APROPRIAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA E SEUS IMPACTOS NO MEIO URBANO/ Leandro Pires Conti Guimarães. Rio de Janeiro: UFRJ / CCJE / IPPUR, 2003.

15 páginas.

Monografia de Pós-Graduação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, CCJE / IPPUR, 2003.

1. Água – 2. Recursos Hídricos – 3. Lutas pela água.

AGRADECIMENTOS

Na vida existem etapas e este trabalho marca o fim de uma delas assim como o início de outra.

Aos meus pais que me deram todo o apoio e incentivo para conseguir completar esta etapa, investindo e acreditando no meu potencial.

A minha namorada pela paciência e incentivo.

A todos os meus amigos e colegas do curso de especialização pelos momentos de descontração e alegria.

A minha coordenadora pedagógica que soube flexibilizar meus horários de trabalho para poder me dedicar as tarefas do curso.

Aos professores que tive no decorrer do curso e que sempre me inspiraram muito.

Aos meus amigos que não pertencem nem ao curso e nem ao trabalho.

**“(...) Não me entrego sem lutar
Tenho ainda coração
Não aprendi a me render
Que caia o inimigo então (...)”
RUSSO, 1991.**

RESUMO

Tentou-se realizar neste trabalho uma investigação sobre as mudanças nas formas de apropriação do recurso natural água por parte da sociedade capitalista urbano industrial, como ela diverge das praticas adotadas a cerca desse recurso nas organizações sociais do passado, como há um embate entre as novas praticas e as reminiscências das antigas práticas.

Dessa forma, através de estudos bibliográficos orientados pelo Professor Dr. Henri Acselard e das discussões em sala de aula com outros colegas e o Professor foram surgindo as reflexões expostas no presente trabalho.

A proposta é avaliar as alterações ocorridas nos usos e apropriações do recurso natural água em diversas partes do mundo e identificar um fio condutor por detrás de práticas “naturais” de mercado.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
A ÁGUA COMO MERCADORIA.....	2
PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA.....	6
AS LUTAS PELA ÁGUA.....	9
ESCASSEZ E SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as considerações a respeito do recurso natural água, tem crescido em razão das pressões econômicas relacionadas ao mesmo. Ao longo dos últimos duzentos anos tal recurso conheceu uma dramática mudança na forma pela qual a sociedade humana se apropria dele e lhe atribuí valor.

A sociedade urbana industrial, tem feito a demanda por esse recurso crescer de forma acelerada permitindo a muitos estudiosos fazer considerações neomalthusianas a respeito de sua futura escassez, desse atualmente eleito o bem mais precioso para a manutenção da vida.

Nesse sentido este trabalho tenta discutir de forma preliminar alguns aspectos do atual debate a cerca de um recurso natural tão precioso e segundo alguns em vias de se tornar escasso em todo o mundo.

Nosso trabalho percorrerá a dimensão da água enquanto mercadoria e como ela chegou a esse estágio. Dissertaremos sobre os mecanismos utilizados para tornar um recurso considerado fundamental para a existência humana em bem privado e a negação a esse bem por parte dos detentores do poder econômico. De que forma está ocorrendo à reação a esse processo mundial de expropriação das populações menos favorecidas a esse recurso. E como as cidades se inserem nesta problemática uma vez que os grandes aglomerados humanos são em parte responsáveis pela destruição de cursos d'água tanto pela destruição dos mananciais como pelo despejo dos efluentes domésticos e industriais.

A ÁGUA COMO MERCADORIA

Desde as sociedades primitivas que viviam da coleta e da caça, um fator determinante para o seu sucesso era a proximidade dos corpos d'água. Todas as grandes civilizações da humanidade como os Egípcios, os Chineses etc. foram dependentes do acesso a este recurso como garantia de sua sobrevivência e prosperidade.

A água em algumas sociedades chegou a ser utilizada como marco temporal onde a vida era regulada pelas cheias dos rios. Em todas as sociedades do passado e até mesmo no início da sociedade industrial a água tem tido um caráter de bem público a qual era disponibilizada em chafarizes e fontes espalhadas pelas cidades para que seus cidadãos delas se servissem.

Atualmente, maior ameaça ao acesso a água é o brutal processo de privatização que ela vem sofrendo. O coletar, tratar e distribuir água se tornou um mercado multibilionário, explorado por empresas transnacionais dos países desenvolvidos que tem aumentado suas operações nos países em desenvolvimento em virtude não somente da escassez desses serviços como da abundancia da "matéria prima" de suas operações, a água.

A privatização da água é um modelo que vem sendo exportado pelos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento de forma agressiva sob o argumento de redução da pobreza por entidades internacionais multilaterais como o Banco Mundial.

A argumentação básica dos organismos internacionais, defensores da privatização da água está apoiada em duas premissas: A primeira é a de que caso a água passe a ter um preço mais elevado isso estimularia o seu uso

mais racional. E a segunda é a de que a competição do sistema de mercado possibilitará aos consumidores escolherem os melhores serviços, como aponta o trabalho de TAN (2002).

Perceberemos que ao colocarmos um “preço” na água estamos transformando-a em uma mercadoria. Permitir que esse preço esteja sujeito as leis de mercado implicam em permitir que aqueles que pagam pelo “serviço” recebam a mercadoria e os que não pagam não recebam. Isso na prática significa que algumas parcelas da sociedade poderão arcar com os custos do fornecimento de água e por isso terão acesso a ela enquanto outras parcelas da sociedade simplesmente não poderão pagar e não terão acesso a um recurso que foi transformado em mercadoria e é indispensável à sobrevivência.

Esse processo só se tornou possível devido a inovações tecnológicas que permitiram transportar a água de lugares afastados para os locais de consumo. O aumento da demanda em face das novas atividades econômicas que surgiram após a primeira revolução industrial. O crescimento das cidades que causou a perda de muitas fontes naturais, juntamente com o aumento da densidade populacional que fez com que os métodos de distribuição existentes não fossem mais satisfatórios. E a insalubridade nas cidades que se estendia ao abastecimento d'água o que propiciou uma série de epidemias como a cólera. Foram fatores preponderantes e serviram ate de justificativa para que os processos agora em curso se iniciassem.

A necessidade de fornecer água aos cidadãos, as indústrias e à atividade agrícola, e que essa água atendesse a critérios de paladar,

transparência e odor, fez com que no século XIX surgissem as primeiras companhias voltadas para essas finalidades.

Dentro do discurso de privatização das águas, temos que atentar que a ação de fixar um preço para a água, tratar os processos de captação, tratamento e distribuição como "serviços". São condições que precedem a cobrança pelo acesso à água. Essas noções derivam do fato de cada vez mais serem necessários grandes investimentos em máquinas e obras para tornar esses recursos disponíveis.

Para os empresários que assumiram esses os serviços de água e esgoto no século XIX, havia a necessidade de remunerar os altos investimentos em infra-estrutura bem como remunerar o capital imobilizado a taxas satisfatórias o que determinava tarifas a serem cobradas. Tais tarifas eram e são largamente subsidiadas pelo governo de forma a garantir o retorno dos investidores bem como as obras de implantação das redes de água e esgoto eram feitas com empréstimos governamentais a juros também subsidiados como nos aponta Vargas (1999) em seus trabalhos.

Todavia nada disso impediu que essas empresas fossem a falência e os serviços de água e esgotos fossem encampados pelo estado diretamente.

Entretanto as perguntas mais importantes sobre a transformação da água em mercadoria ainda não foram feitas. Qual é a necessidade da sociedade capitalista de transformar em mercadoria e submeter aos auspícios do "mercado" os elementos da natureza, sejam eles a terra, as plantas e animais (biodiversidade) ou a água?

Segundo POLANYI (2000) isolar os elementos da natureza e transformá-los em um mercado foi e é o empreendimento mais fantástico de nossa sociedade.

O que vemos nesse sentido ocorrer desde a queda do feudalismo até os dias de hoje. É a subordinação da natureza à lógica da sociedade industrial. Essa lógica perdura até hoje com variações. O processo de transformação da água em mercadoria e submete-la as leis do mercado auto-regulável.

Assim como tirar o homem da terra significou "reduzir o corpo econômico a seus elementos, de forma que cada elemento pudesse inserir-se naquela parte do sistema onde fosse mais útil."POLANYI (2000).

Ocorreu também a subordinação da terra e no nosso caso da água às necessidades de uma população urbana e em expansão. A mobilização da água como um produto visa mais uma vez colocar a natureza para a satisfação das necessidades de produção e a geração de lucros.

PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA

A privatização dos recursos hídricos tem ocorrido de várias formas e com inúmeras variações de intensidade nos últimos duzentos anos. Todavia o que nos interessa nesse estudo é lançar luz sobre os processos desencadeados a partir do final do século XIX e que se tornou mundial a partir da década de 1960 com a expansão da economia transnacionalizada a cargo das empresas privadas dos países desenvolvidos que se recuperavam do revés sofrido com a grande depressão dos anos de 1930.

Cabe-nos traçar uma corte temporal para entendermos os percalços dos processos de privatização das águas, suas diferentes formas e intensidades.

Para ilustrar esses processos podemos citar o estudo feito por SWYNGEDOUW (2002) em que o autor destaca o período de 1880 a 1990 como sendo quando esses processos se desenrolam em Guaiaquil no Equador.

Em Guaiaquil, a atividade de distribuição de água tem se tornado lucrativa desde o século XIX. Atualmente a cidade dispõe de 54% (dados de 1991) de sua população servidas pela rede distribuidora de água. Enquanto que na década de 1970, esse percentual era de 74%. Isso indica uma deterioração no acesso a água por uma parcela da população. Essa defasagem foi causada pelo descompasso entre o crescimento da cidade e o aumento na rede de distribuição de água.

O processo de urbanização da cidade de Guaiaquil confere ao serviço de distribuição de água uma estratificação social na medida em que de acordo com o nível de renda da população seu acesso à água se dá em bases

diferenciadas. Em Guaiaquil, podemos distinguir três tipos de acesso diferentes: A Elite que dispõe de água encanada em sua residência, a classe media que quando dispõe de fornecimento de água é numa base irregular, e as parcelas mais pobres da população que coletam a água de poços artesianos podendo estar sujeitos a diversos tipos de contaminação.

A privatização da água em Guaiaquil se deu na medida que a necessidade de fornecer água a uma população urbana crescente surgiu no cenário político. O processo de urbanização faz necessária a privatização e controle dos fluxos de água para prover as atividades urbanas. Capturar, tratar, distribuir água requer investimentos maciços e neste caso eles foram primeiramente empreendidos por particulares e depois por grandes empresas com apoio do governo e finalmente somente pelo governo.

No início do século XVIII, a população de Guaiaquil, era abastecida de água potável por poços próximos a *Cerro Santa Ana*. Mais tarde essa fonte foi complementada por água comprada de indígenas, profissionais conhecidos como *Aquateros*. Essa água era transportada por mulas e vendida em barris pela cidade. Essa forma de distribuição de água possibilitou o surgimento de cartéis, e no início do século passado havia se tornado numa atividade muito lucrativa. O aumento da lucratividade nesse negocio chegou a ter repercussões étnicas, com a substituição do *Aquateros* indígenas por mestiços e brancos.

A intensificação do comércio da água, resultou numa estratificação do consumo em função da capacidade das pessoas em pagar pelo "produto".

No final do século XIX começam os primeiros estudos para a implantação de um sistema de água na cidade. Em 1892 foi inaugurado o

reservatório de *Cerro Del Carmen* e em 1893 as primeiras casa passam a receber água encanada. O suprimento de água residencial rapidamente passou a se tornar um símbolo de status social e as casas com água encanada passaram a ser reconhecidas como higiênicas.

A partir desse ponto o acesso à água foi se tornando cada vez mais estratificado. A população branca que era também a mais rica tinha acesso a água potável e rede de esgotos em suas casa enquanto os mestiços e indígenas tinham que se servir nos rios e poços de aceso comum para todas as suas necessidades.

AS LUTAS PELA ÁGUA

Nem sempre as águas foram propriedades do estado, de empresas privadas ou de pessoas, sejam indivíduos ou grupos.

Através do mundo e o tempo, as sociedades humanas desenvolveram mecanismos de partilha e conservação da água para assegurar a sustentabilidade e o acesso a todos.

Todavia esses meios de garantir os suprimentos de água se baseavam no controle que a comunidade exercia sobre esse recurso. Tal controle que era exercido localmente e tinha como princípios os termos supracitados deixa de existir no momento em que a água deixa de ser um bem comum e passa a ser um bem privado, uma mercadoria. A ausência de tais mecanismos nos trás como resultados a escassez, o desperdício e a exclusão do acesso.

Nesta parte desta pesquisa traremos a baila quatro exemplos retirados dos trabalhos de KRUSE (2003), SHIVA (2002) e SWYNGEDOUW (2002) para ilustrar de que formas esses conflitos se inserem no contexto das reações ao processo de exclusão das populações ao seu direito de acesso à água.

No fim da década de 1890, a cidade de *Los Angeles* havia esgotado as suas fontes locais de água para a sua população e a municipalidade começou a comprar terras e direito de exploração da água na região vizinha de *Owens Valley*. Em 1907 houve uma emissão de títulos para financiar o projeto de um aqueduto que desviaria o fluxo leste da *Sierra Madre* para abastecer a população de *Los Angeles*, deixando os fazendeiros residentes em *Owens Valley* a própria sorte. Esse processo de transferir água das fazendas para as

brutalmente reprimida pelo exército. Quando a chacina havia terminado, centenas de corpos mutilados boiavam nas águas do rio Guaias. O abastecimento fora restabelecido.

Antes desta greve ocorreram varias outras em anos anteriores, o que caracterizou esta em particular foi a abrangência do movimento sindical que já estava organizado o suficiente para comprometer até mesmo os serviços de abastecimento de água da cidade. Essa foi a gota d'água que fez transbordar o copo e fez com que o estado desencadeasse a maior e mais violenta onda repressiva a uma manifestação de trabalhadores já vista em Guaiaquil.

Como podemos perceber nestes três episódios há uma constante no processo de privatização e comercialização da água. Primeiramente a mudança de perspectiva sobre o recurso água onde ela deixa de ser um bem coletivo para se tornar um bem privado. Algo semelhante ao que aconteceu na Inglaterra a época do "cercamento dos campos". Outro aspecto que faz parte dessas narrativas é como sem meios de se mediar as disputas pela "propriedade" da água ou mitigar seus, ocorrem sempre manifestações violentas seja por parte dos expropriados que se rebelam ou dos expropriadores que oprimem.

Recentemente um episódio relativo às guerras pela água ocorreu na Bolívia e esse fato serve para ilustrar como o sistema internacional se organiza para garantir os interesses das grandes empresas transnacionais em relação a este recurso tão precioso chamado água.

"Cochabamba, Bolívia, 10 de abril de 2000: Após sete dias de batalhas nas ruas, a *Aguas del Tunari*, uma subsidiária da gigante Bechtel Corporation, de São Francisco, é forçada a

deixar a cidade. A privatização da água local é eficientemente revertida.” (KRUSE, 2003)

A referida companhia através de sua subsidiária tomou parte no processo de privatização da companhia que cuidava do abastecimento da companhia de águas de Cochabamba na Bolívia.

O que chama a atenção nesse caso são quatro fatores: Primeiro, a forma autoritária e fraudulenta no modo em que transcorreram os processos de regulamentação do setor de captação, tratamento e distribuição de águas na Bolívia. Segundo, a reação popular em face da negação ao acesso de recurso tão básico quanto a água devido aos aumentos exorbitantes de preços e a não melhoria na qualidade dos serviços. Terceiro, a reação popular altamente organizada, reprimida com violência extrema pelas forças policíacas que mesmo assim não conseguiram silenciá-la e tiveram as suas reivindicações atendidas, conseguindo a reversão do processo de privatização. Quarto, a forma como o sistema internacional se organizou entorno de “leis de comércio e investimentos internacionais” (KRUSE, 2003) que servem para garantir os interesses das empresas nos países estrangeiros de forma a poder exigir ressarcimento em caso de “imprevistos” como os de Cochabamba.

“A privatização da água em Cochabamba, e a legislação que a sustenta, foram maquinadas da maneira típica. Para se chegar aos contratos de concessão, foram necessários não menos do que quatro Decretos executivos do Supremo – passando por cima do Congresso –, ao passo que a promulgação da Lei da Água de número 2.029, que

sustentou a privatização, foi estabelecida através de um “acordo de cavalheiros” – entre representantes dos três partidos de direita, MNR, ADN e MIR, celebrado na residência privada do ex-presidente Gonzalo Sanchez de Lozada.

Em 3 de setembro de 1999, os contratos de concessão foram assinados e comemorados com champanhe e discursos floreados. Entre outros presentes, estavam o então Presidente Hugo Banzer, o Ministro de Comércio Exterior Carlos Saavedra, o Prefeito de Cochabamba Manfred Reyes Villa, o Superintendente de Águas Luis Uzin, e Geoffrey Thorpe, diretor da Aguas del Tunari. Do lado de fora, a Central Departamental de Trabalhadores de Cochabamba protestava, soltando foguetes como de costume. Banzer comentou “Estou acostumado com esse tipo de música de fundo.”

Essa “música” se tornaria a estrondosa sinfonia e crise geral do estado que invocamos hoje apenas mencionando “Abril de 2000”. Essa mobilização acabaria impondo mudanças na Lei 2,029 e expulsando a *Aguas del Tunari/Bechtel*. Um cartaz de protesto da época dizia ‘Fora Aguas del Tunari’. Elas foram embora, mas eles acabaram voltando, exigindo US\$25 milhões de dólares de indenização na sua condição de vítima holandesa, de acordo com o Tratado Bilateral de

Investimento (BIT) de 1992 entre a Holanda e a Bolívia.”(KRUSE, 2003)

Essa forma de fazer negócios não difere em muito das outras apresentadas nos outros casos deste capítulo usados para ilustrar os conflitos entorno do acesso e posse dos recursos hídricos. Via de regra o poder executivo se deixa levar pelo canto da sereia das grandes corporações transnacionais e as custas da corrupção e do trafico de influências, patrocina processos de “liberalização” dos serviços de águas extremamente condescendentes com as companhias interessadas, lesando os interesses da população.

Todavia os acontecimentos da expulsão da *Aguas del Tunari/Bechtel* da Bolívia causaram repercussões de alcance internacional. Preocupada com o impacto da iniciativa do governo em cancelar todo o processo de privatização e invalidar toda a legislação para o setor. Prejudicando assim os interesse da Bechtel. O ocorreu uma manobra jurídica para tentar “ressarcir a empresas de seus prejuízos”.

“Washington, DC, final de dezembro de 2001: a Bechtel abre um processo contra a Bolívia, exigindo US\$25 milhões de indenização pela perda de lucros futuros que resultou do cancelamento do contrato de concessão da empresa para administrar a água da cidade.”(KRUSE, 2003)

Esse talvez tenha sido o desdobramento mais perigoso do processo reversão da privatização da água na Bolívia, pois representa um precedente

no qual as empresas poderiam se apoiar sempre que seus interesses fossem contrariados. Todavia isso não se concretizou.

“São Francisco, EUA, 1º de julho de 2002: Após uma reunião de sete horas, o Conselho de Supervisores da Cidade de São Francisco tinha apenas mais um item de sua agenda para tratar: a aprovação de uma resolução exigindo que a empresa Bechtel, proprietária da Aguas del Tunari, desista imediatamente de seu processo contra a República da Bolívia por 25 milhões de dólares, como indenização pela perda de sua concessão de água. A resolução aprovada numa questão de minutos: sete votos a favor, dois contra e duas abstenções.

O terreno havia sido preparada para essa decisão. Meses antes, uma rede de organizações na Bolívia e nos EUA tinha começado a analisar e agir sobre o caso “Bechtel contra Bolívia”. Eles enviaram centenas de e-mails, montaram uma página na Internet e, em momentos-chave, membros da rede visitaram São Francisco e Washington.

Assim como a Guerra da Água de 2000, em Cochabamba, que resultou no cancelamento do contrato de concessão de água da Bechtel é um símbolo dos conflitos ao redor da privatização, o caso da Bechtel contra a Bolívia é um símbolo de como as leis do comércio e investimento internacionais – que permitem e protegem essas ações – corroem a soberania, e colocam os lucros das multinacionais

acima das necessidades dos países e da democracia. E a resolução do Conselho de Supervisores de São Francisco, uma globalização incipiente "que vem de baixo" sobre questões da água, começa a mostrar sua eficácia."(KRUSE, 2003)

O episódio Bechtel/Bolívia, mostra que apesar da incorporação agressivas da água por parte das empresas transnacionais, há ainda espaço para se opor a essa onda de privatização e assegurar os interesses da população. Todavia isso só é possível com uma sociedade civil altamente organizada em função de se opor aos interesses privatistas entorno das águas.

ESCASSEZ E SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES

Nesta parte de nosso trabalho, daremos uma perspectiva teórica a respeito dos sentidos da sustentabilidade dos recursos hídricos nas cidades e como essa questão se insere na questão maior que é a sustentabilidade da própria cidade. Usaremos por base as matrizes discursivas abordadas por ACSELARD (2002).

Quando nos referimos a temas como abastecimento de água, tratamento de esgoto etc.. Estamos nos referindo ao aporte de um recurso que pode ser considerado uma matéria prima para a manutenção e o desenvolvimento da vida na cidade bem como a produção de dejetos, rejeitos dos processos que se originam nas cidades sob a forma de esgoto.

A questão da água nas cidades esta sempre associada à falta dela ou à eminência de sua falta. Essa falta ou eminência de falta pode ser justificada de varias formas uma delas relacionada ao desperdício, outra relacionada à ausência de fontes, outra relacionada à incapacidade de fornecer um sistema de distribuição eficiente ou todas elas simultaneamente.

A matriz discursiva que suporta o processo explicativo a cerca do recurso água para consumo nas cidades, voltada ao entendimento da sustentabilidade urbana, está sempre associado a uma matriz de eficiência na medida em que o recurso não é usado de forma eficiente e o descarte, reaproveitamento ou tratamento de efluentes não é executado de forma correta. Frequentemente não se ouve falar a respeito de práticas políticas na má alocação dos recursos para as expansões das redes de água e esgoto. O

que se ouve são as “denúncias” a respeito da ineficiência das empresas públicas responsáveis por esses serviços.

Na verdade, as cidades ou o meio urbano, sendo encarados como que por definição, um sorvedouro de recursos, com uma tendência natural e incontornável a entropia. Seria a apreensão da matriz da eficiência. Enquanto que a abordagem dos problemas de abastecimento como consequência do crescimento desordenado da demanda em relação à oferta seria a expressão da matriz da escala.

Essas duas matrizes se misturam na montagem do quadro da insustentabilidade urbana, que compõe a crise ou a éminência de uma crise nos sistemas de abastecimento de água ou no acesso a água por parte das populações menos favorecidas mundo afora. E impedem que as cidades sejam encaradas como meios sustentáveis inseridos no debate da sustentabilidade.

O decorrer do desenvolvimento da sociedade humana baseada no modo de produção capitalista, rompeu com todos os mecanismos auto-reguladores de manutenção, uso e distribuição dos recursos naturais e isso acarretou um processo progressivo e irremediável de afastamento das relações humanas com os meios naturais e suas bases de recursos. A cidade sendo encarada como o lócus por excelência das trocas no modo de produção capitalista, congrega as duas matrizes supracitadas na explicação de uma sustentabilidade, e aqui nos cabe apenas ilustrar a problemática que envolve a água no meio urbano.

Tal sustentabilidade era garantida por mecanismos auto-reguladores e por valores socialmente aceitos que hoje não mais existem. A éminência de

crise que para alguns serve de sintoma da insustentabilidade, advém para uns, do modo de produção capitalista. E para outros, da forma de ocupação do espaço conhecida como cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Monopolista sobre o espaço geográfico, o capital controla os homens e a natureza, para os tornar homens e natureza para o capital. Mediando a relação homem-meio e crescendo sobre ela, o capital tece a geografia dos homens concretos. E esta geografia da alienação degrada o homem e a natureza, exprimindo-se como crise moral, segregação, ditaduras, obsoletismo planejado. Fomenta a escassez para forjar necessidades novas e renovar as necessidades velhas, subordinando a existência dos homens e os movimentos da natureza ao circuito das mercadorias." (MOREIRA, 1994).

A citação acima relata de que forma a ação do homem sobre o espaço, mediada pelo capital cria as necessidades e subordina tanto a existência dos homens como da natureza ao circuito de reprodução do capital, transformando as em mercadorias.

Ao longo deste trabalho tentou-se mostrar como o modo de produção capitalista tenta colocar tanto os homens quanto a natureza a serviço da dinâmica de reprodução do capital. Como nesse processo, são rompidos laços seculares estabelecidos entre o homem e o seu meio circundante e como a ótica dos diferentes grupos humanos vai sendo modificada para dar lugar a interesses específicos, muitas vezes contrários aos interesses locais que são inseridos numa dinâmica global de acumulação e reprodução.

Os problemas que advêm da *comodificação* da água, são resultado dessa apropriação pelo capital da base material de recursos naturais inseridos na dinâmica da reprodução e acumulação global do capital. O recurso água é

apenas mais um a ser transformado em mercadoria e como tanto a ter o seu acesso restringido aos que são capazes de consumi-la.

A peculiaridade deste processo e a raiz dos conflitos entorno desse recurso está na sua indispensabilidade a manutenção da vida. A água assim como o espaço, são indispensáveis a vida humana uma vez que todos temos que estar em algum lugar do espaço e precisamos beber água assim como comer mas a água não é só usada para beber. Ela é indispensável para uma vida minimamente suportável independente de sua qualidade.

A privação da água é especialmente perversa primeiramente porque a estratégia locacional dos grupos humanos normalmente esta associada a ela, ou seja, os homens tendem a se estabelecer próximos de onde possam obtê-la. Outro ponto é que por ser um recurso tão fundamental a vida e o seu processo de *comodificação* ser tão violento gera reações violentas por parte dos desapropriados.

É irônico que em meio a tantos avanços técnicos nas áreas que concernem ao tratamento, distribuição de água o contingente de sedentos só tenha aumentado mundo afora. Mas isso parece ser um padrão na nossa sociedade, onde quanto mais avançamos na técnica mais regredimos na equidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELARD, H. **Sentidos da Sustentabilidade urbana** In: ACSELARD, H. (org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**, Rio de Janeiro, DP&A editora, 2001.

COMERFORD, J. **Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro Observações a partir da imprensa**. In: SCOTTO, G., LIMONCIC, F. (orgs.), **Conflitos Socio-Ambientais no Brasil**, vol.II, IBASE, 1997.

FRANCESCO, A. **de Água: o risco de perder o controle público do que é público**. Da internet: http://www.alcaralho.org/article.php3?story_id=29

KRUSE, T. **Bechtel contra Bolívia: a próxima batalha na "Guerra da Água"**. Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (CEDLA), La Paz, Bolivia, 2003. <tkruse@cedla.org ou stopbechtel@yahoo.com>

MOREIRA, R. **O que é geografia?** São Paulo, Brasiliense, 14ª edição, 1994.

POLANYI, K. **A grande transformação: As origens de nossa época**. São Paulo, Editora Campus, 5ª edição, 2000.

- SANTOS, D. G. dos. Planos Diretores como instrumentos de gestão de recursos hídricos, MMA/UNESCO. (mimeo)**
- SHIVA, V. Water Wars: Privatization, Pollution and Profit. South End Press, Cambridge, MA, 2002.**
- SWANEY, J. A. Trading Water: Market Extention, Social Improvement, or What? In: Journal of Economic Issues Vol.XXII - Nº1 - March 1988.**
- SWYNGEDOUW, E. Power, Nature and the City - The Conquest of Wather and the Political Ecology of Urbanization in Guaiaquil Equador: 1880 – 1990. Oxford University, 2002.(mimeo)**
- TAN, C. The Water Crisis: Analysis and Proposals In: Third World Network Briefings For WSSD Nº 16, 2002. (mimeo)**
- TUCCI, C. E. M. Desenvolvimento e preservação dos recursos hídricos no Brasil. Instituto de Pesquisas Hidráulicas/UFRGS, 1994. (mimeo)**
- VARGAS, M. C. O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema socioambiental. In: Ambiente & Sociedade Ano II, Nº 5, 1999.**

VICTORINO, V. I. P. O caso das águas na privatização dos rios:

Estamos todos a jusante. In: **Novos Estudos CEBRAP** Nº 55,
novembro 1999.